

**1.000**

**QUESTÕES DE CONTEÚDO BÁSICO**

**TRT**

**TÉCNICO E ANALISTA**

# SUMÁRIO

|                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| LÍNGUA PORTUGUESA.....                                                                                 | 13 |
| → ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....                                                  | 13 |
| → ACENTUAÇÃO.....                                                                                      | 15 |
| → FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....                                                               | 17 |
| → CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....                                 | 20 |
| → PRONOMES PESSOAIS.....                                                                               | 22 |
| → PRONOMES DE TRATAMENTO.....                                                                          | 25 |
| → DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....                                                                           | 25 |
| → FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....                                                                         | 28 |
| → ORAÇÕES COORDENADAS.....                                                                             | 30 |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS.....                                                               | 31 |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS.....                                                                  | 34 |
| → PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....                                   | 37 |
| → REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....                                                        | 44 |
| → CRASE.....                                                                                           | 47 |
| → CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....                                                                 | 49 |
| → COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)..... | 51 |
| → FIGURAS DE LINGUAGEM.....                                                                            | 54 |
| → INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....                                                           | 57 |
| → GABARITO  .....   | 69 |

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO .....73

|                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| → PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS.....                                  | 73 |
| → OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA)..... | 73 |
| → TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS.....                                                    | 74 |
| → EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....                             | 75 |
| → ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE.....                                          | 77 |
| → DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES.....                      | 78 |
| → ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO.....                                                | 79 |
| → ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....                                                                   | 79 |

|                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| → LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM .....                                                                   | 81 |
| → SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....                                           | 81 |
| → ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO .....                                                  | 84 |
| → GABARITO  ..... | 85 |

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA.....87

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| → WINDOWS 10.....                                                                                    | 87 |
| → WINDOWS 11.....                                                                                    | 88 |
| → WORD 2019.....                                                                                     | 89 |
| → EXCEL 2019.....                                                                                    | 90 |
| → POWERPOINT 2019 .....                                                                              | 91 |
| → CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....                                               | 91 |
| → INTRANET E EXTRANET.....                                                                           | 92 |
| → MOZILLA FIREFOX.....                                                                               | 93 |
| → GOOGLE CHROME.....                                                                                 | 94 |
| → RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....                                          | 94 |
| → SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....                                                    | 95 |
| → REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....                                                      | 95 |
| → GOOGLE WORKSPACE .....                                                                             | 96 |
| → CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO .....                                            | 97 |
| → AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....                                                | 97 |
| → FIREWALL E PROXY.....                                                                              | 97 |
| → ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....                                                                       | 98 |
| → GABARITO  ..... | 98 |

## DIREITO CONSTITUCIONAL.....101

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....                              | 101 |
| → DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....                                 | 101 |
| → DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988) .....                                    | 103 |
| → DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....                                     | 103 |
| → ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) .....                                      | 104 |
| → DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....                                  | 105 |
| → PERDA DA NACIONALIDADE .....                                                                             | 105 |
| → EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE) .....                                    | 105 |
| → SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....    | 106 |
| → INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....                                                               | 106 |
| → PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....                                                            | 107 |
| → DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....                                   | 107 |
| → UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988)..... | 108 |

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....                | 108 |
| → MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....                            | 109 |
| → DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....                              | 109 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....                         | 109 |
| → DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....                                            | 110 |
| → DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988).....                                              | 110 |
| → DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....                              | 111 |
| → DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....                                                  | 111 |
| → DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....                                                        | 111 |
| → DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....                                          | 112 |
| → COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....       | 112 |
| → DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....                       | 113 |
| → DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....                               | 113 |
| → DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....                               | 114 |
| → DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....                     | 114 |
| → ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....                                               | 115 |
| → DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....                                | 115 |
| → DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....                            | 115 |
| → PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....                                                | 116 |
| → DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988).....                                             | 116 |
| → ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....                           | 117 |
| → GABARITO  ..... | 117 |

## DIREITO ADMINISTRATIVO ..... 119

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....                             | 119 |
| → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....                                           | 119 |
| → PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....                                    | 120 |
| → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....                                                              | 121 |
| → MÉRITO ADMINISTRATIVO.....                                                                         | 122 |
| → ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....                                   | 122 |
| → ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....                                         | 123 |
| → ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....                          | 124 |
| → DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)..... | 125 |
| → PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....                                                              | 126 |
| → PODER HIERÁRQUICO.....                                                                             | 127 |
| → PODER DISCIPLINAR.....                                                                             | 128 |
| → PODER DE POLÍCIA.....                                                                              | 128 |
| → ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....            | 129 |
| → ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....                                                        | 130 |

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....                                                                     | 131 |
| → DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....                                                          | 132 |
| → AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS .....                                                          | 132 |
| → GABARITO  ..... | 133 |

## DIREITO DO TRABALHO.....135

|                                                                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO.....                                                                         | 135 |
| → FONTES DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO.....                                                                | 135 |
| → PRINCÍPIOS DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....                                                           | 136 |
| → NATUREZA JURÍDICA, REQUISITOS, CARACTERÍSTICAS E SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO.<br>RELAÇÃO DE EMPREGO..... | 136 |
| → CONTRATO POR TEMPO INDETERMINADO .....                                                                       | 136 |
| → CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO .....                                                                         | 137 |
| → CONTRATO DE EXPERIÊNCIA.....                                                                                 | 137 |
| → CONTRATO INTERMITENTE .....                                                                                  | 137 |
| → SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO (CONTRATO DE TRABALHO) .....                                                         | 138 |
| → ALTERAÇÃO (CONTRATO DE TRABALHO).....                                                                        | 138 |
| → EMPREGO DOMÉSTICO (LC Nº 150/2015) .....                                                                     | 139 |
| → APRENDIZAGEM (CLT, LEI Nº 10.097/2000 E DECRETO Nº 9.579/2018).....                                          | 139 |
| → ESTÁGIO (LEI Nº 11.788/2008) .....                                                                           | 139 |
| → TRABALHO AVULSO (LEI Nº 12.815/2013 E LEI Nº 12.023/2009).....                                               | 140 |
| → TRABALHO RURAL (LEI Nº 5.889/1973).....                                                                      | 140 |
| → FORMAS DE RUPTURA DO CONTRATO DE TRABALHO .....                                                              | 141 |
| → JUSTA CAUSA .....                                                                                            | 141 |
| → AVISO PRÉVIO.....                                                                                            | 142 |
| → GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO.....                                                                        | 142 |
| → FGTS (FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO).....                                                            | 143 |
| → SALÁRIO E REMUNERAÇÃO .....                                                                                  | 143 |
| → SALÁRIO UTILIDADE OU SALÁRIO IN NATURA.....                                                                  | 144 |
| → ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, PENOSIDADE E TRANSFERÊNCIA.....                                 | 144 |
| → ADICIONAL NOTURNO .....                                                                                      | 145 |
| → GRATIFICAÇÃO NATALINA (13º SALÁRIO).....                                                                     | 145 |
| → GORJETAS E DEMAIS COMPONENTES .....                                                                          | 145 |
| → REGRAS DE PROTEÇÃO DO SALÁRIO .....                                                                          | 146 |
| → EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....                                                                                    | 146 |
| → JORNADA DE TRABALHO.....                                                                                     | 147 |
| → HORAS SUPLEMENTARES.....                                                                                     | 147 |
| → CONTRATO A TEMPO PARCIAL .....                                                                               | 148 |
| → INTERVALOS (TRABALHO).....                                                                                   | 148 |
| → REPOUSO SEMANAL REMUNERADO .....                                                                             | 149 |
| → FÉRIAS (TRABALHO) .....                                                                                      | 150 |

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → TRABALHO NOTURNO .....                                                                           | 150 |
| → TELETRABALHO.....                                                                                | 151 |
| → PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (TRABALHO INFANTIL).....                                           | 151 |
| → PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER .....                                                             | 152 |
| → DEFINIÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO, ABRANGÊNCIA, EQUIPARAÇÃO .....                                | 152 |
| → RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO .....               | 152 |
| → GRUPO ECONÔMICO (RESPONSABILIDADE TRABALHISTA).....                                              | 152 |
| → SUCESSÃO TRABALHISTA.....                                                                        | 153 |
| → TERCEIRIZAÇÃO (RESPONSABILIDADE TRABALHISTA).....                                                | 153 |
| → PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (DIREITO DO TRABALHO) .....                                              | 154 |
| → PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....                                                  | 154 |
| → ESPÉCIES. SINDICATOS. FEDERAÇÕES. CONFEDERAÇÕES.....                                             | 154 |
| → FONTES DE RECEITA.....                                                                           | 155 |
| → NEGOCIAÇÃO COLETIVA (CONVENÇÕES).....                                                            | 155 |
| → COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA TRABALHISTA (CCPT) .....                                         | 156 |
| → DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO.....                                                          | 156 |
| → DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO .....                                                          | 157 |
| → GABARITO  ..... | 157 |

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO .....159

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (ARTS. 111-113, 115-116 DA CF; 643 A 673 E 681 A 721 DA CLT) .....    | 159 |
| → JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO (114/CF; 674 A 680 E 803 A 812/CLT; 16 A 69/NCPC) .....  | 160 |
| → ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS (ARTS. 770 A 782 DA CLT) .....                                         | 161 |
| → CUSTAS PROCESSUAIS TRABALHISTAS (ARTS. 789 A 790-B DA CLT) .....                                         | 161 |
| → PARTES E PROCURADORES NO PROCESSO DO TRABALHO (ARTS. 791 A 793-D DA CLT).....                            | 163 |
| → MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (ARTS. 736 A 760 DA CLT, E LC 75/93) .....                                | 164 |
| → PETIÇÃO INICIAL TRABALHISTA (ARTS. 837 A 842 DA CLT; ARTS. 319 A 332 DO NCPC) .....                      | 165 |
| → RESPOSTA TRABALHISTA (CONTESTAÇÃO, EXCEÇÕES E RECONVENÇÃO - ARTS. 799 A 802 CLT E 335 A 346 NCPC) .....  | 165 |
| → AUDIÊNCIA TRABALHISTA (ARTS. 813 A 817, 843 A 852 DA CLT; ARTS. 358 A 368 DO NCPC) .....                 | 166 |
| → DAS PROVAS (ARTS. 818 A 830 DA CLT; ARTS. 369 A 484 DO NCPC).....                                        | 168 |
| → SENTENÇA E COISA JULGADA NO PROCESSO DO TRABALHO (ARTS. 831 A 836 DA CLT; ARTS. 485 A 508 DO NCPC) ..... | 170 |
| → LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA (ART. 879 DA CLT; ARTS. 509 A 512 DO NCPC) .....                      | 170 |
| → HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL (ARTS. 855-B A 855-E DA CLT) .....                                   | 171 |
| → EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 876 A 878 DA CLT; ARTS. 771 A 796 DO NCPC) .....                                | 172 |
| → EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE (ARTS. 880 A 883 DA CLT; ARTS. 797 A 823 DO NCPC).....                  | 173 |
| → DEMAIS TIPOS DE EXECUÇÃO (ARTS. 890 A 892 DA CLT; ARTS. 538 A 538 DO NCPC).....                          | 174 |
| → EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (ARTS. 534, 535 E 910 DO NCPC; LEI 6830/80) .....                      | 175 |
| → DEFESAS NA EXECUÇÃO (ART. 884 DA CLT; ARTS. 914 A 920 DO NCPC).....                                      | 176 |

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → TRÂMITES FINAIS DA EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS (ARTS. 885 A 889-A; ARTS. 831 A 903 DO NCPC) ..... | 177 |
| → DISSÍDIOS COLETIVOS (ARTS. 856 A 875 DA CLT) .....                                                    | 178 |
| → PROCEDIMENTOS SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO NO PROCESSO DO TRABALHO (852-A A 852-I CLT; LEI 5.584/70).....    | 179 |
| → TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS (ARTS. 994 A 1008 DO NCPC).....                                | 180 |
| → RECURSOS EM ESPÉCIE NO PROCESSO DO TRABALHO (ARTS. 893 A 902 DA CLT, ARTS. 1009 A 1043 DO NCPC) ..... | 181 |
| → AÇÃO RESCISÓRIA TRABALHISTA (ART. 836 DA CLT; ARTS. 966 A 975 DO NCPC).....                           | 181 |
| → MANDADO DE SEGURANÇA TRABALHISTA (LEI 12.016/09) .....                                                | 182 |
| → INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE (ARTS. 492, 543, 821 E 853 A 855 DA CLT).....                  | 183 |
| → GABARITO  .....      | 184 |

## LEGISLAÇÃO E SÚMULAS .....187

|                                                                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DIREITO ADMINISTRATIVO - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990).....                            | 187 |
| → FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....                                                                       | 187 |
| → DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....                                                                    | 188 |
| → DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                                                  | 189 |
| → DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992) .....                                                                  | 190 |
| → DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....                                                                    | 191 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999) .....                                    | 192 |
| → DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....                                                                             | 193 |
| → PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                                                      | 194 |
| → OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                           | 195 |
| → MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                                  | 196 |
| → FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021) .....                              | 197 |
| → CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                            | 197 |
| → CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021) .....    | 199 |
| → DIREITO DO TRABALHO - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PRINCÍPIOS DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO .....               | 200 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE REMUNERAÇÃO .....                                                                      | 200 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DURAÇÃO DO TRABALHO .....                                                              | 200 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO .....                                                 | 201 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.....                                                      | 201 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....                                                      | 201 |
| → DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO - JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO ..... | 201 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO .....                                                  | 201 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE EXECUÇÃO TRABALHISTA.....                                                              | 202 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DISSÍDIOS COLETIVOS .....                                                              | 202 |

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE RECURSOS TRABALHISTAS .....                        | 202 |
| → JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS<br>TRABALHISTAS .....      | 202 |
| → GABARITO  ..... | 202 |

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## → REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

**1. (FCC – 2023)** No exercício de suas atividades, a Administração Pública

- a) não tem como objetivo trabalhar em favor da cultura, de uma maneira geral, por se tratar de manifestação estritamente privada, desprovida de interesse público.
- b) tem como objetivo apenas a prestação de segurança pública à coletividade, tendo os agentes públicos plenos poderes para atingir os seus fins.
- c) tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público, por meio da prestação de serviços públicos e fomento de iniciativas de utilidade pública, dentre outros.
- d) tem como objetivo restringir-se à forma centralizada e concentrada de atribuição de competências, pois somente o Poder Executivo é competente para a prestação de serviço de qualidade ao administrado.
- e) tem como objetivo a observância pelo administrador dos usos e costumes da região administrada, ainda que a vontade da lei fixe finalidade a ser perseguida de modo diverso.

**2. (VUNESP – 2023)** Imagine que uma cidade esteja enfrentando uma crise hídrica e a Administração Pública decida adotar medidas duras emergenciais para garantir o abastecimento de água para a população, tais como (i) restrição de uso de água para atividades não essenciais, (ii) realização de obras emergenciais para coleta, tratamento e distribuição de água para as regiões mais afetadas pela crise, valendo-se da assinatura de aditivos contratuais com ampliação dos valores originais de contratos vigentes, entre outras medidas.

É correto afirmar nessa situação que a conduta da Administração visa materializar de forma direta o princípio da

- a) legalidade.
- b) probidade administrativa.
- c) impessoalidade.
- d) supremacia do interesse público.
- e) moralidade.

**3. (VUNESP – 2023)** Suponha que a prefeitura instituiu uma nova regulamentação que proíbe a realização de eventos em praças sem autorização prévia. O objetivo da regulamentação é garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos que frequentam essas áreas.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta o princípio da Administração Pública cuja definição possua correlação direta com as razões utilizadas pela prefeitura para a expedição dessa regulamentação.

- a) Princípio da indisponibilidade.
- b) Princípio da reserva do possível.
- c) Princípio da segurança jurídica.
- d) Princípio da supremacia do interesse público.
- e) Princípio da razoabilidade.

**4. (VUNESP – 2023)** O princípio da indisponibilidade do interesse público veda ao Administrador Público dispor livremente sobre os interesses da coletividade. Com base neste princípio, é possível afirmar que merece censura, sendo potencialmente ilegal, a conduta do Administrador Público que

- a) submeta à arbitragem litígio envolvendo a Administração Pública e Concessionário de Serviço Público cujo contrato contenha cláusula compromissória.
- b) proponha a celebração de acordo de leniência com empresa que tenha praticado ato lesivo à Administração Pública.
- c) proponha a doação de bem público de uso comum a determinada empresa multinacional economicamente consolidada, em razão de promessa do empresário de geração de negócios e renda.
- d) autorize a dispensa de licitação para contratação direta do fornecedor original de peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, quando indispensável para a vigência desta.
- e) autorize a celebração de contrato de gestão com organização social, entidade de natureza privada sem fins lucrativos, precedido de chamamento público, para operação e administração de determinado Hospital Municipal.

**5. (VUNESP – 2022)** No que concerne ao regime jurídico administrativo, é correto afirmar que são características do regime estatutário:

- a) unicidade de regime e não possui natureza contratual.
- b) pluralidade normativa e existência de contrato administrativo de caráter funcional.
- c) unicidade de regime e pluralidade de quadro funcional.
- d) pluralidade normativa e não possui natureza contratual.
- e) unidade normativa e natureza extracontratual especial.

## → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

**6. (FGV – 2025)** Avalie se os princípios da Administração Pública incluem:

- I. a legalidade;
- II. a moralidade;

III. a livre concorrência;

IV. a publicidade.

São de fato princípios da Administração Pública os itens

- a) I e II, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

---

**7. (FGV – 2024)** A Administração Pública respeitará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Dos princípios constitucionais elencados na Constituição Federal, destaca-se o princípio da “eficiência”, que sustenta o caráter implícito do direito fundamental à Boa Administração.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da eficiência apresenta, entre outros aspectos, um que pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados em prol do bem comum.

II. Refere-se à avaliação da aquisição de insumos necessários à implementação das ações governamentais. Deve-se, portanto, verificar se a aquisição foi realizada no momento oportuno, ao custo mais baixo possível, na quantidade e qualidade adequadas.

III. A eficiência deve ser avaliada do ponto de vista da quantidade e qualidade do serviço prestado, com presteza e observando-se seu rendimento efetivo, seu custo operacional e com resultados positivos e atendimento satisfatórios das necessidades coletivas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

---

**8. (CEBRASPE-CESPE – 2023)** Sabendo que os princípios da administração pública são fundamentais para garantir conduta íntegra e eficiente por seus órgãos, assinale a opção que apresenta uma conduta do servidor público pautada pelo princípio da impessoalidade.

- a) colocar a lei como prioridade nas decisões administrativas, estando ela acima dos interesses do setor privado e dos pessoais
- b) tratar todos os indivíduos sem qualquer tipo de discriminação, abolindo o preconceito e a diferenciação no tratamento de cidadãos com posicionamentos políticos ou ideológicos diferentes dos dos servidores
- c) divulgar o uso de verbas e gastos de entidades públicas e servidores
- d) entregar bons resultados aos cidadãos por meio do uso inteligente e estratégico dos recursos públicos

---

**9. (VUNESP – 2023)** O dever da Administração de conceder tratamento isonômico entre os particulares, salvo nas hipóteses em que o tratamento diferenciado visa promover a igualdade material, está diretamente associado ao princípio da

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

**10. (FCC – 2022)** Considere a seguinte situação hipotética: O Prefeito de determinado Município e candidato à reeleição permitiu, durante o último mês do período de campanha eleitoral, que fossem publicadas algumas notícias de obras públicas realizadas na sua gestão no sítio eletrônico da Prefeitura, com menção expressa ao seu nome. A situação narrada constitui violação ao princípio da

- a) proporcionalidade.
- b) eficiência.
- c) publicidade.
- d) impessoalidade.
- e) motivação.

---

## → PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

**11. (CEBRASPE-CESPE – 2024)** No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade na administração pública é aplicado de forma que esta somente pode praticar ato previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- b) De acordo com o princípio constitucional da publicidade, todo ato da administração pública deve ser divulgado, não havendo exceção, em decorrência de seu dever de transparência.
- c) Devido ao princípio da supremacia do interesse público, não há aplicação do princípio da segurança jurídica na administração pública.
- d) O princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas.
- e) Os princípios explícitos guardam supremacia sobre os princípios implícitos, mesmo que ambos decorram da Constituição Federal.

---

**12. (FGV – 2024)** Ao analisar a jurisprudência dos Tribunais Superiores, Stephanie observou que determinado princípio implícito na Constituição da República costuma ser invocado como fundamento para limitar a autotutela da Administração, inclusive nas hipóteses em que é admitida, ainda que excepcionalmente, a aplicação da teoria do fato consumado em matéria administrativa.

É correto afirmar que tal princípio é o da

- a) legalidade.
- b) publicidade.
- c) segurança jurídica.
- d) eficiência.
- e) probidade.

---

**13. (VUNESP – 2023)** Para toda e qualquer ação de um servidor público, corresponde uma explicação, que lhe dá fundamento de base e de direito. Esse princípio da Administração Pública denomina-se

- a) impessoalidade.
  - b) motivação.
  - c) proporcionalidade.
  - d) eficiência.
  - e) igualdade.
-

**14. (VUNESP – 2023)** A Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) afirma que “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, coadunando-se ao princípio da

- a) tutela administrativa.
- b) autotutela.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) eficiência.

**15. (FGV – 2022)** Os princípios administrativos são fundamentais no balizamento da atuação da Administração Pública, oferecendo regras tanto limitativas como permissivas de gestão.

Com base no estabelecido pelo princípio da Autotutela, é correto afirmar que

- a) as entidades administrativas devem subordinar-se às decisões e orientações das entidades políticas à qual estão vinculadas.
- b) a Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando inconvenientes ou inoportunos.
- c) a Administração Pública tem autonomia para realizar quaisquer ações não proibidas em lei.
- d) o interesse público está a livre disposição dos gestores públicos que tenham sido investidos regularmente em função comissionada.
- e) a proteção ao direito adquirido, coisa julgada e ato jurídico perfeito é absoluto em caso de prescrição administrativa.

## → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

**16. (VUNESP – 2023)** Tradicionalmente, buscam-se distinguir os atos administrativos, ligados à função administrativa, dos atos de governo, relacionados à função política. Historicamente, pode-se dizer que esta dicotomia se justificava pelo seguinte objetivo, que não mais se coaduna integralmente com a vigente ordem constitucional:

- a) distinguir os atos realizados para atingimento do interesse público em sentido primário e sentido secundário.
- b) afastar os atos de governo (atos políticos) do controle judicial aplicável aos atos administrativos.
- c) identificar os atos sujeitos à legalidade estrita e os atos sujeitos à legalidade em sentido comum.
- d) distinguir entre atos de direito público interno e os atos de direito público internacional.
- e) afastar os atos administrativos do controle político aplicável aos atos de governo.

## **17. (VUNESP – 2023)**

“(…) Os \_\_\_\_\_, por sua vez, são eventos materiais que podem repercutir no mundo jurídico ... Em determinadas hipóteses, os fatos representam simples acontecimentos materiais, sem produção imediata de efeitos jurídicos. (...) [O] \_\_\_\_\_ é a manifestação unilateral de vontade da Administração destinada à produção de efeitos jurídicos. De outro, \_\_\_\_\_ refere-se à sequência encadeada de atos instrumentais para obtenção da decisão administrativa.”

(OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo, 10a ed., Gen/Método. Adaptado

- a) atos administrativos ... fato administrativo ... poderes da administração
- b) fatos administrativos ... ato administrativo ... processo administrativo
- c) fatos administrativos ... ato da Administração ... motivo determinante
- d) atos do príncipe ... motivo determinante ... processo administrativo
- e) atos administrativos ... ato exorbitante ... processo administrativo

**18. (FCC – 2022)** Aprovado em concurso e nomeado em dezembro de 2020, João Curió tomou posse do cargo de professor estadual, tendo ministrado aulas, atribuído notas, aprovado e reprovado alunos durante o exercício de suas funções no ano escolar de 2021. Todavia, decisão do Tribunal de Contas do Estado em janeiro de 2022 anulou sua nomeação, pois o concurso fora homologado pelo Secretário da Educação – quando a autoridade competente para o ato seria o Governador do Estado. Em vista da situação, os atos administrativos praticados por João são

- a) inexistentes, pois ele atuava com usurpação de função.
- b) nulos, pois ele atuava com excesso de poder.
- c) válidos, pois ele atuava como funcionário de fato.
- d) perfeitos, pois a posse superveniente convalidou a nomeação.
- e) inválidos, por vício de incapacidade.

**19. (CEBRASPE-CESPE – 2022)** Sabendo que existe razoável variabilidade na doutrina acerca dos critérios utilizados para conceituar o ato administrativo, assinale a opção que apresenta o critério que se estrutura a partir do conteúdo do ato e que considera como administrativo o ato praticado no exercício concreto da função administrativa, independentemente de o órgão emissor ser integrante da estrutura do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

- a) volitivo
- b) subjetivo
- c) orgânico
- d) formal
- e) funcional

## **20. (IBFC – 2022)** Leia o texto a seguir:

Segundo Di Pietro (2009) o conceito de \_\_\_\_\_ é caracterizado como sendo “[...] a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da \_\_\_\_\_, sob regime jurídico de direito público e sujeito a controle pelo \_\_\_\_\_.

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 196

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) Ato normativo / Lei / Poder Judiciário
- b) Decreto legislativo / resolução / Constituição da República Federativa do Brasil
- c) Lei complementar / emenda constitucional / Senado
- d) Lei / Constituição da República Federativa do Brasil / Supremo Tribunal Federal

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.